JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS ISSN 1981-1969

http://10.5380/jpe.v20i1.103584

ARTIGO

A influência da OCDE no Ensino Médio da Amazônia Paraense: uma análise dos documentos oficiais

The influence of the OECD on Secondary Education in the Amazon Region of Pará: an analysis of official documents

La influencia de la OCDE en la Educación Secundaria en la Región Amazónica de Pará: un análisis de documentos oficiales

Aline Gomes de Souza [1]
Benedita Alcidema Coelho dos Santos[2]

Citação*:* SOUZA, Aline Gomes de.; MAGALHÃES, Benedita Alcidema Coelho dos Santos. A influência da OCDE no Ensino Médio da Amazônia Paraense: uma análise dos documentos oficiais. *Jornal de Políticas Educacionais.* V. 20, e103584. Outubro de 2026.

Submetido em: 24 de Fevereiro 2026
Aprovado em: 11 de Setembro 2026

Resumo: O presente artigo apresenta os dados e resultados obtidos por meio da pesquisa "A influência da Organização para Cooperação e desenvolvimento Econômico (OCDE) no Ensino Médio da Amazônia Paraense: uma análise dos documentos oficiais". O trabalho concentrou-se em correlacionar as metas da OCDE com a atual reestruturação do Ensino Médio brasileiro, focando no cenário paraense, além de examinar as afinidades ideológicas presentes entre as diretrizes internacionais e o Documento Curricular do Estado do Pará (DCEPA). A investigação utilizou uma abordagem qualitativa, estruturada a partir de revisão bibliográfica e análise documental sob a perspectiva de Bardin. Os resultados apontam que a reforma educacional paraense está profundamente alinhada aos pressupostos da OCDE, priorizando o desenvolvimento de competências socioemocionais e habilidades voltadas à empregabilidade. Conclui-se que essa padronização curricular, sob a justificativa de modernização, tende a negligenciar as especificidades socioculturais e as ricas complexidades da realidade amazônica. Dessa forma, o sistema de

[1]Mestre em Currículo e Gestão da Escola Básica. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia da Universidade Federal do Pará. Belém/PA/Brasil. Orcid: https://orcid.org/0009-0000-1188-9536 Email: aline.souza@neb.ufpa.br

[2]Doutora em Educação. Professora Adjunta da Faculdade de Geografia e Cartografia do IFCH – UFPA. Belém/PA/Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7536-5184 Email: alcidema@ufpa.br

ensino regional acaba por subordinar-se a uma lógica de mercado que privilegia resultados estatísticos e avaliações de larga escala em detrimento de uma formação humana integral.
Palavras-chave: OCDE; Ensino Médio; Amazônia; DCEPA.

Abstract: This article presents the data and results obtained through the research "The influence of the Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) on Secondary Education in the Amazon region of Pará: an analysis of official documents". The work focused on correlating the OECD's goals with the current restructuring of Brazilian secondary education, focusing on the scenario in Pará, as well as examining the ideological affinities present between international guidelines and the Curriculum Document of the State of Pará (DCEPA). The investigation used a qualitative approach, structured from a bibliographic review and document analysis from Bardin's perspective. The results indicate that the educational reform in Pará is deeply aligned with the OECD's assumptions, prioritizing the development of socio-emotional competencies and skills geared towards employability. It is concluded that this curricular standardization, under the justification of modernization, tends to neglect the socio-cultural specificities and the rich complexities of the Amazonian reality. In this way, the regional education system ends up being subordinated to a market logic that prioritizes statistical results and large-scale assessments to the detriment of a holistic human development.
Keywords: OECD; Secondary Education; Amazon; DCEPA.

Resumen: Este artículo presenta los datos y resultados obtenidos mediante la investigación "La influencia de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE) en la Educación Secundaria en la región amazónica de Pará: un análisis de documentos oficiales". El trabajo se centró en correlacionar los objetivos de la OCDE con la actual reestructuración de la educación secundaria brasileña, centrándose en el escenario de Pará, así como en examinar las afinidades ideológicas presentes entre las directrices internacionales y el Documento Curricular del Estado de Pará (DCEPA). La investigación utilizó un enfoque cualitativo, estructurado a partir de una revisión bibliográfica y un análisis documental desde la perspectiva de Bardin. Los resultados indican que la reforma educativa en Pará está profundamente alineada con los supuestos de la OCDE, priorizando el desarrollo de competencias socioemocionales y habilidades orientadas a la empleabilidad. Se concluye que esta estandarización curricular, bajo la justificación de la modernización, tiende a descuidar las especificidades socioculturales y las ricas complejidades de la realidad amazónica. De esta manera, el sistema educativo regional termina subordinado a una lógica de mercado que prioriza resultados estadísticos y evaluaciones a gran escala en detrimento de un desarrollo humano integral.
Palabras clave: OCDE; Educación secundaria; Amazon; DCEPA.

Introdução

Este artigo tem por finalidade apresentar os resultados e análises da pesquisa intitulada “A influência da Organização para Cooperação e desenvolvimento Econômico (OCDE) no Ensino Médio da Amazônia Paraense: uma análise dos documentos oficiais”, que buscou atingir os seguintes objetivos específicos: relacionar os objetivos da OCDE com a reforma do Ensino Médio vigente no Brasil, com ênfase no Estado do Pará; analisar as convergências discursivas e ideológicas entre as orientações da OCDE e o Documento Curricular do Estado do Pará (DCEPA) para o Ensino Médio.

Dessa forma, a fim de alcançar os objetivos propostos por esta pesquisa, realizamos a análise do Documento Curricular do Estado do Pará (DCEPA), volume II -

Ensino Médio, relacionando-o ao Relatório publicado pela OCDE (2021), que foi encomendado e traduzido pelo movimento Todos pela Educação.

Ao tratar de direitos sociais atrelados à ideia de desenvolvimento de políticas públicas vinculadas às orientações de organismos multilaterais, torna-se necessário compreender os sentidos sob os quais esses organismos desenvolvem suas normas, regras e leis, as quais estão associadas ao capitalismo e aos movimentos neoliberais.

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, voltada à obtenção de dados de natureza descritiva, que, em alguns casos, já incorporam análises, bem como ao contato direto do pesquisador com a realidade investigada. Tal abordagem evidencia a preocupação com a apresentação da perspectiva dos participantes e/ou dos documentos selecionados (Lüdke; André, 1986).

Além disso, foram utilizados como documentos centrais de análise o relatório intitulado "A Educação no Brasil: uma perspectiva internacional", realizado pela OCDE e encomendando pelo movimento Todos pela Educação, bem como documentos que permeiam o desenvolvimento das políticas públicas voltadas ao Ensino Médio, entre os quais se destaca a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (Brasil, 2017), que regulamenta a reforma desse nível de ensino. Parte-se de uma análise documental fundamentada em Shiroma *et al.* (2005, p.430), as quais apontam que:

> As recomendações presentes nos documentos de política educacional amplamente divulgados por meios impressos e digitais não são prontamente assimiláveis ou aplicáveis. Sua implementação exige que sejam traduzidas, interpretadas, adaptadas de acordo com as vicissitudes e os jogos políticos que configuram o campo da educação em cada país, região, localidade; tal processo implica, de certo modo, uma reescritura das prescrições, o que coloca para os estudiosos a tarefa de compreender a racionalidade que os informa e que, muitas vezes, parece contraditória, fomentando medidas que aparentam ir em direção contrária ao que propõem.

Diante disso, a análise documental apresenta-se como importante instrumento para a compreensão dos movimentos contraditórios que podem ser percebidos no processo de desenvolvimento das diferentes políticas públicas implementadas para o Ensino Médio no Brasil e no Pará. Como técnica de pesquisa, utilizou-se a análise de conteúdo fundamentada em Bardin (2016), estruturada em três polos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Na fase de pré-análise, realizou-se a "leitura flutuante" do relatório da OCDE (2021) e do DCEPA (Pará, 2021),

permitindo a constituição do *corpus* e da formulação de categorias a priori sobre a convergência entre o discurso gerencialista internacional e a norma estadual. Posteriormente, na exploração do material, procedeu-se à codificação e categorização dos dados, onde as unidades de registro concluíram a frase.

Por fim, para que as análises fossem realizadas de forma mais efetiva, foi necessária uma revisão bibliográfica, com o objetivo de apresentar os principais conceitos que fundamentam a pesquisa e subsidiam a análise dos documentos selecionados. Assim, o tópico seguinte apresentará, de forma sintética, a revisão bibliográfica dos autores centrais que orientam este estudo.

Referencial Teórico

A OCDE e o "governo por números" no Estado do Pará

A influência da OCDE na educação brasileira não se limita à prestação de consultoria técnica ou à elaboração de relatórios diagnósticos, mas se configura como uma forma de governança transnacional baseada em dados. Para Maués (2011), essa atuação reconfigura o papel do Estado, que passa a operar como gestor de metas, reduzindo a qualidade educacional a índices estatísticos passíveis de comparação em escala global. Dessa forma, utilizam-se diferentes instrumentos, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), que funciona como um mecanismo de padronização e que, sob o discurso da promoção da equidade, impõe uma agenda neoliberal, subordinando a pedagogia aos interesses do mercado financeiro e sustentando um ideal de "homogeneização" educacional. Segundo Filho e Caldeira (2025, p. 60):

> A ideia de homogeneização é uma prática que permite legitimar reformas de inspiração neoliberal para que nações inteiras apliquem metodologias associadas a países desenvolvidos, como incentivos à competitividade, ao aumento de performance e da eficácia. Uma legitimação, inclusive, exigida por essas organizações se tratando de acordos internacionais, tais como no caso de empréstimos financeiros – um acordo de submissão dos países que pedem ajuda financeira para se adequarem ao modelo proposto de educação (como uma de suas responsabilidades no cumprimento dos requisitos para o empréstimo). Assim, essas organizações internacionais elaboram saberes, como conferências, textos, tratados e técnicas – um discurso que tende a conduzir a gestão da educação em âmbito global.

Essa lógica se sustenta na Teoria do Capital Humano, que percebe a educação como um investimento individual e social voltado à produtividade. Conforme aponta Frigotto (2010, p. 25), "a educação, no contexto do capitalismo periférico e dependente, é reduzida ao adestramento de competências e habilidades", transformando o direito à formação humana integral em um serviço de preparação de mão de obra superficialmente qualificada.

No caso do Pará, essa influência é nítida quando o Documento Curricular do Estado do Pará (DCEPA) prioriza itinerários formativos que, embora prometam autonomia através do "Projeto de Vida", na prática, condicionam as escolhas dos jovens às demandas econômicas locais e globais, esvaziando o caráter crítico do ensino.

A relação entre a OCDE e o estado do Pará também se expressa em parcerias recentes, como as avaliações de "Letramento Climático"[3], além da implementação da reforma do Ensino Médio em âmbito nacional. Para Akkari (2011), os organismos multilaterais exercem uma pressão para que os sistemas de ensino nacionais adotem modelos que desconsideram as especificidades culturais e territoriais. Dessa forma, ao submeter as diferentes regiões do Brasil, como a Amazônica, a uma avaliação internacional, ocorre um processo de invisibilidade das realidades locais. Conforme apontam Shiroma e Evangelista (2014), a política educacional contemporânea é marcada por uma "estratégia de convencimento", na qual termos do campo progressista, como "sustentabilidade" e "escola integral", são apropriados e ressignificados para validar a entrada de interesses privados na gestão pública.

Para além disso, a relação entre as diretrizes da OCDE e a Reforma do Ensino Médio, promulgada pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (Brasil, 2017), evidencia uma relação direta entre o projeto econômico global e a reestruturação da educação básica brasileira, uma vez que essa reforma não surge de um debate pedagógico democrático, mas é impulsionada pela necessidade de alinhar o sistema educacional aos padrões de produtividade exigidos pelo mercado internacional. Segundo Motta e Frigotto (2017), a contrarreforma do Ensino Médio opera uma "dualidade estrutural" modernizada, na qual a flexibilização curricular, por meio dos itinerários formativos, máscara a precarização da formação escolar, destinando aos jovens das classes trabalhadoras um ensino voltado ao pragmatismo técnico e ao empreendedorismo de

[3] Link para acesso à notícia: https://agenciapara.com.br/noticia/69493/para-aplica-avaliacao-em-alfabetizacao-climatica-para-16-mil-estudantes-da-rede-estadual

subsistência. Nesse sentido, a disparidade entre o ensino público de massa e as escolas de elite reflete um projeto consciente das elites. Ao optarem por não integrar a população nem no sistema produtivo nem na vida cidadã, os grupos dominantes acumularam decisões ao longo do tempo que consolidaram as desigualdades educacionais (Araújo, 2019).

No contexto da influência da OCDE no Pará, essa lógica assume novos contornos, pois a "desistência de integrar a população" manifesta-se na oferta de um Ensino Médio pragmático e tecnicista à juventude amazônida. Essa dualidade é reforçada ainda pela atuação da OCDE enquanto "orientadora" educacional, que legitima a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Novo Ensino Médio em seu discurso e em seu relatório publicado. Conforme aponta Kuenzer (2017), a ênfase no desenvolvimento de competências socioemocionais, elemento central tanto nos relatórios da organização quanto na reforma brasileira, busca moldar um trabalhador resiliente e adaptável às instabilidades do mercado de trabalho contemporâneo. A "autonomia" prometida ao estudante na escolha de sua trajetória escolar é, em última análise, uma transferência de responsabilidade do Estado para o indivíduo, assim, caso o jovem não atinja o sucesso profissional, a culpa é atribuída à sua suposta má escolha ou falta de empenho em seu "Projeto de Vida", ocultando as desigualdades estruturais que a própria reforma ajuda a aprofundar.

No estado do Pará, a partir do documento curricular, essa relação se torna ainda mais profunda, uma vez que o DCEPA foi elaborado à luz do que tange às mudanças promovidas na BNCC e das mudanças introduzidas no pela reforma do Ensino Médio. Dessa forma, o documento, embora apresente em seu conteúdo temas e conceitos importantes, em suas entrelinhas absorve a lógica da OCDE de "formar para a empregabilidade" e em um cenário de economia periférica da região.

Resultados e Análises

O relatório da OCDE (2021):

Inicialmente, faz-se necessário compreender que a OCDE, enquanto organismo multilateral, é frequentemente mencionada em documentos oficiais, discursos institucionais e notícias governamentais. Assim, a compreensão de sua origem, liderança

e princípios orientadores torna-se fundamental para as análises desenvolvidas nesta pesquisa.

Anualmente, a OCDE publica inúmeros relatórios que analisam e comparam dados de países membros e de nações acompanhadas pela organização, abordando temas como saúde, segurança e educação. Em 2021, a pedido do Movimento Todos Pela Educação, foi publicado um relatório que tratou especificamente de dados da Educação no Brasil.

> O relatório inicia descrevendo de forma sucinta os idealizadores, sendo estes a Fundação Teles, o Todos pela Educação e o Instituto Sonhos, partindo também de agradecimentos específicos a membros da OCDE que fizeram parte da produção e publicação do mesmo. Composto por 335 páginas, e com tradução realizada pelo movimento Todos Pela Educação [...] Conclui-se o prefácio indicando que o relatório apresenta aspectos positivos e desafios da educação brasileira, além de já pensar em possíveis políticas públicas a serem instituídas para sanar as "necessidades" encontradas a partir das análises realizadas (De Souza; Alves, 2025, p. 12).

A justificativa para a elaboração do relatório destaca que "a publicação foi elaborada pela OCDE, a pedido das organizações brasileiras Todos Pela Educação e Instituto Sonho Grande, que forneceram informações valiosas sobre o contexto do País e seus avanços na formulação de políticas" (OCDE, 2021, p. 5). Informa-se que o relatório foi construído com base em dados coletados sobre a educação brasileira, traçando comparativos com outros países "em situação semelhante" à do Brasil.

No resumo, consta expresso exatamente o que se pretende com este relatório, definindo o escopo como um exame da educação no Brasil e que tem como metodologia a análise de dados quantitativos e qualitativos, utilizando-se de dados como os apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Um dos problemas mencionados no relatório é o envelhecimento da população brasileira, a partir da diminuição da taxa de natalidade, do aumento da qualidade de vida e, consequentemente, do aumento da expectativa de vida. Com destaque para a maior concentração nas regiões Nordeste e Sudeste.

A OCDE utiliza um índice chamado de Gini para estabelecer critérios que atestam as relações de desigualdade, sendo definido como aquele que "[...] mensura até que ponto a distribuição de renda (ou, em alguns casos, despesas de consumo) entre indivíduos ou famílias dentro de uma economia se desvia de uma distribuição perfeitamente igual"

(OCDE, TPE, 2021, p. 32). Ressalta-se, ainda, que a descrição do presente documento foi realizada de forma integral no artigo intitulado: Políticas Públicas Educacionais No Brasil: A Influência Da Ocde No Ensino Médio Brasileiro, publicado na revista Políticas Públicas e Cidades. Na sequência, apresenta-se a análise do documento base para o currículo do Ensino Médio no estado do Pará.

O Documento Curricular do Estado do Pará - DCEPA (2021)

Este documento foi elaborado em conjunto pela Coordenação de etapa ProBNCC – ensino médio, Coordenação de Ensino Médio (COEM), Secretaria Adjunta de Ensino (SAEN), e Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC/PA), no ano de 2021. Com a finalidade de estabelecer as diretrizes que devem regular o Ensino Médio no Estado, sobretudo com relação ao seu currículo.

Figura 1 - Capa do DCEPA (2021)



Fonte: DCEPA (2021)

O documento possui uma extensa ficha catalográfica, na qual são referenciados os inúmeros participantes da sua formulação, mencionando-se os órgãos aos quais pertencem e as áreas de atuação de cada um durante o processo de elaboração.

Composto por 643 páginas, o documento apresenta, além do conteúdo verbal, imagens, quadros e ilustrações ao longo do texto. Divide-se em seis tópicos: inicia-se com a apresentação do documento, seguida pelas concepções curriculares destacadas;

perpassa pelo conceito de Ensino Médio; enfatiza o currículo dessa etapa da educação básica; e finaliza tratando da organização pedagógica do Ensino Médio no Pará.

É ressaltado, no início do documento, a importância da participação de cada um na construção do mesmo, sejam professores ou especialistas em Ensino Médio, apontando-se que, para que ele pudesse ser desenvolvido, fez-se necessário que esses sujeitos se "debruçaram-se sobre os documentos oficiais – sejam estas legislações, atos normativos do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE), documentos orientadores e o próprio Documento Curricular do Estado do Pará (DCEPA)" (Pará, 2021, p. 21).

O documento aponta que seu desenvolvimento está diretamente relacionado ao "Novo Ensino Médio", sendo, portanto, pensado a partir das mudanças estruturais e curriculares, bem como da alteração da carga horária estabelecida pela legislação que regulamenta a reforma.

> [...] foi definido as diretrizes teórico-metodológicas que partem de uma Concepção de Educação Sócio-Histórica, tendo como perspectiva de ensino médio a Formação Humana Integral das juventudes em suas pluridiversidades e territorialidades, a partir de um Currículo Integrado, que busca histórica e dialeticamente integrar a base propedêutica das áreas de conhecimento curricular (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) com a dimensão técnico profissional, que a Educação Profissional e Técnica (EPT) proporcionará ao currículo do ensino médio, bem como, na sua articulação com as quatro áreas de conhecimento, possibilitarão, construirmos um processo formativo mais alinhado não só aos interesses dos nossos jovens como também das demandas da sociedade em que vivemos (Pará, 2021, p. 21-22).

Apresenta-se, ainda, uma organização curricular que relaciona as disciplinas voltadas para a formação geral (os cinco itinerários formativos[4]) aquelas direcionadas ao mundo do trabalho, incluindo também o componente Projeto de Vida. O documento denomina como "Arquitetura Curricular de Ensino" o processo de reformulação curricular e as propostas de gestão apresentadas, perpassando igualmente pelo conceito de currículo integrado.

O Documento fundamenta suas bases no que denomina de "três princípios curriculares norteadores da educação básica paraense" (Pará, 2021, p. 22), sendo eles: o

[4] Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação técnica e profissional.

respeito às diversas culturas amazônicas e suas inter-relações no espaço e no tempo; a educação para a sustentabilidade ambiental, social e econômica; e a interdisciplinaridade e a contextualização no processo de ensino-aprendizagem (p. 22). Enfatiza-se ainda, no prefácio, que:

> É importante salientar, que contradições e limites, fazem parte do processo histórico e do contexto de proposição de qualquer projeto, ainda mais um projeto pedagógico ousado para um sistema de ensino, como o do estado do Pará, com suas peculiaridades e seu gigantismo espaço-temporal (Pará, 2021, p. 23).

O documento apresenta inúmeras nuances e conceitos, tais como educação integral e currículo integrado, além de sugerir uma perspectiva de gestão democrática, ao convidar a comunidade, os pesquisadores, os educadores e o corpo escolar a participarem de sua formulação.

Destaca-se que, ao mesmo tempo em que o documento menciona a formação humana integral, fundamentada em autores progressistas, alguns vinculados aos princípios do materialismo histórico-dialético, ele também estimula o desenvolvimento de competências e orienta a educação e o currículo para o "mundo do trabalho". O documento mobiliza ainda conceitos como omnilateralidade, trabalho e hegemonia.

Principais Inferências da Pesquisa

Os resultados desta pesquisa revelam que a atuação da OCDE no Ensino Médio brasileiro, e especificamente no Pará, ocorre por meio de uma hegemonia que utiliza a chamada "governança pelos números" para legitimar decisões políticas e pedagógicas, sendo essa lógica também impressa nos documentos que permeiam a educação paraense, como o Documento Curricular do Estado.

A OCDE consolida-se como uma potência que influência a educação em países subdesenvolvidos ao traduzir dados educacionais em indicadores e métricas, como os obtidos pelo PISA, estabelecendo padrões de êxito baseados nas experiências de países desenvolvidos. Essa lógica numérica acaba por hierarquizar e categorizar regiões e indivíduos, funcionando como um instrumento de dominação sob uma perspectiva gerencialista que, embora prometa equidade, frequentemente intensifica as desigualdades e exclusões sociais (Daros Jr., 2013).

A atuação da OCDE, em especial com relação à Educação, se estabelece a partir de comparativos entre diferentes países (sejam membros da organização ou os que sofrem alguma interferência). Utilizam-se, sobretudo, dados numéricos – com base nas avaliações em larga escala para estabelecer médias entre os diferentes países.

> A lógica da autoridade da OCDE para recomendar políticas, desenvolver métricas e estabelecer padrões advém justamente do status de seus membros como países bem sucedidos, capazes de prescrever práticas com base em suas experiências. Ao se colocarem como referências para os outros países, os membros automaticamente legitimam os valores da organização, tornando-os um pressuposto para o êxito. Tal sistema de valores está atrelado à ordem estabelecida no pós Segunda Guerra: capitalista, liberal, de influência predominante dos Estados Unidos e com o Ocidente como um espelho para o resto do mundo (Novaes; Ximenes, 2024, p. 27).

Propondo temas que visam inserir a OCDE na agenda global educacional, seja por meio de análises de dados, sugestões, planos, políticas ou projetos nos campos da educação, da economia, entre outros, a organização se estabelece como um organismo multilateral hegemônico na atual conjuntura política mundial, constituindo-se, especialmente, como reguladora da educação em diversos países. Para Silva *et al.* (2022, p. 4-5):

> Nesse contexto, desencadeiam ações, convenções e acordos em que experts da OCDE propuseram um modus operandi, seja por convergências de política ou transferência de política (Ball, 2001), seja pelo governo dos números, relatórios estatísticos, indicadores e inventários (Popkewitz e Lindblad, 2016). Isso significa dizer que os dados dos sistemas educacionais do país de origem são traduzidos em relatórios e publicações pelo Centro para Pesquisa e Inovação em Educação (CERI) e pela Diretoria de Educação e Habilidades, gerando indicadores e métricas com vistas à melhoria da qualidade educativa dos países-membros e parceiros.

Essa lógica numérica, traduzida em indicadores estatísticos que hierarquizam, categorizam, classificam e separam países, instituições, regiões, escolas e indivíduos em diferentes eixos, permite compreender que os números auxiliam na organização e na interpretação da dinâmica social, especialmente no que diz respeito às classes sociais, grupos e instituições. Os números servem tanto à exclusão quanto à inclusão e são amplamente utilizados na governança e na dominação, sobretudo na perspectiva gerencialista (Silva *et al.*, 2022).

E com isso, ao operar de acordo com a lógica numérica e relatórios internacionais, a OCDE se consolida como uma "potência" que influência a educação brasileira e a de outros países subdesenvolvidos, perpetuando sua ideologia, visão e valores e, consequentemente, seu poder, ao ocultar, revelar e legitimar decisões e programas direcionados a interesses econômicos, tecnológicos e sociais.

Observa-se uma convergência direta entre as estratégias recomendadas no Relatório da OCDE (2021)[5] e a estrutura do Documento Curricular do Estado do Pará - DCEPA (Pará, 2021). Enquanto a OCDE sugere vincular os gastos com educação aos resultados e aumentar a "relevância" do ensino para os alunos, o DCEPA materializa essas orientações através de uma arquitetura curricular focada em competências e voltada para o "mundo do trabalho", partindo da ideia do Projeto de vida.

Além disso, nota-se uma divergência conceitual no documento paraense, que se utiliza de uma "maquiagem" discursiva ao citar autores progressistas e termos como "omnilateralidade" e "formação humana integral", contudo, as análises revelam que essa retórica se distancia da aplicação prática, uma vez que a centralidade do currículo é deslocada para a aquisição de competências instrumentais demandadas pelo mercado, perpetuando a teoria do capital humano e consolidando o que, para o neoliberalismo, tem-se como estratégia, pois transforma a educação em um serviço voltado à alienação do trabalhador para atingir a produtividade máxima. Como aponta Frigotto (2010), a educação no capitalismo periférico é reduzida ao adestramento e, no Pará, essa lógica se reflete em itinerários formativos que canalizam o jovem para ocupações de baixa qualificação, sob o pretexto da "empregabilidade". Para Freitas (2014),

> Há, portanto, uma disputa pelo conceito de educação e pelos métodos de formação da juventude. Os empresários e seus apoiadores defendem uma versão instrumentalizada de educação a qual disfarçam muito bem com bandeiras como "primeiro o básico", "os direitos da criança têm que vir primeiro", etc. Coisas com as quais nós até podemos concordar, mas sob outra concepção. Os educadores querem uma educação de qualidade social, voltada para os valores, para a formação humana ampla e entendem que a educação não é matéria para ser privatizada, pois é um bem público. Como tal, não pode ser entregue ao controle de um setor da sociedade, os empresários. Isso não é democrático – mesmo no quadro de dificuldades pelas quais passa a escola pública (Freitas, 2014, p. 51).

[5] Essas estratégias recomendadas podem ser vistas no artigo complementar a este: Vista do POLITICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: A INFLUÊNCIA DA OCDE NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO | Revista Políticas Públicas & Cidades

Assim, a Educação, antes tida como um instrumento de melhoria da qualidade de vida e ascensão social da população, agora passará a se adequar também às demandas do mercado, tendo as suas diretrizes pautadas não somente no social, mas nas necessidades do grande empresariado, a Educação agora passa a ser tratada, portanto, como um serviço (Freitas, 2014).

Além disso, a influência desses organismos na Amazônia Paraense ignora, em grande medida, as especificidades territoriais em prol de uma agenda de internacionalização das políticas educacionais. Embora o DCEPA mencione o respeito às culturas amazônicas e à sustentabilidade como princípios norteadores, a estrutura técnica e os itinerários formativos propostos alinham-se à lógica do capital, tratando a educação como uma mercadoria.

A materialização do que é proposto nos documentos pode ser observada, por exemplo, nos processos de avaliação em larga escala, que desconsideram as especificidades territoriais e configuram uma forma de "governança pelos números". Essa modalidade de gestão educacional, centralizada em métricas e resultados, materializa-se no Pará através da ênfase em avaliações de larga escala. Dados recentes do IDEB (2023)[6] apontam que o Ensino Médio paraense atingiu a nota 4,4, um salto que o governo estadual utiliza como evidência do sucesso da reforma. Contudo, sob a ótica da teoria do capital humano, esse avanço estatístico pode ser interpretado como o estreitamento do currículo para o atendimento de competências mensuráveis, em detrimento de uma formação crítica e omnilateral. Além disso, esse suposto avanço tem sido amplamente divulgado por meio de propagandas institucionais, o que não se reflete na realidade concreta das escolas.

Os indicadores produzidos a partir desses dados e sistematizados em relatórios estatísticos sustentam o discurso de que governos neoliberais e organizações financeiras representariam uma oportunidade de crescimento tanto para o setor comercial quanto para os serviços públicos, como a educação. Embora esse discurso esteja associado às ideias de melhoria da qualidade, superação das desigualdades e promoção da equidade, observa-se, na prática, o aprofundamento das desigualdades, das exclusões e das hierarquias sociais (Silva *et al.*, 2022).

A análise do cenário paraense demonstra que a "governança pelos números" cria um ciclo de responsabilização individual. Ao focar no desempenho do IDEB como

[6] Link para acesso a noticia: https://agenciapara.com.br/noticia/58745/para-tem-o-maior-resultado-da-historia-no-brasil-do-ideb

principal indicador de sucesso, o sistema educacional negligencia as carências infraestruturais e as profundas desigualdades de acesso que marcam a Amazônia Paraense. A Reforma do Ensino Médio também evidenciou carências nas escolas Paraenses, sobretudo a partir dos itinerários formativos, que, conforme Silva *et. al* (2025, p. 4):

> Os desafios pedagógicos se entrelaçam ainda com questões estruturais. Em muitas escolas do interior amazônico, a falta de laboratórios, internet estável e materiais didáticos impõe limitações práticas que comprometem o desenvolvimento de percursos formativos mais diversificados [...]. A ausência desses recursos, somada à escassez de transportes escolares eficientes, dificulta o acesso a ambientes externos de aprendizagem – um aspecto crítico para itinerários voltados a atividades de campo ou visitas técnicas, essenciais em disciplinas como Ciências da Natureza.

Podemos perceber que entre os temas que se repetem em ambos os documentos são reflexos das estratégias descritas pela OCDE. Fala-se em melhorar a qualidade da educação, sobretudo pensando em ações que resultam, por exemplo, nas reformas, como a recente Reforma do Ensino Médio, mencionada como base tanto no relatório da OCDE quanto no DCEPA, assim como a BNCC e o enfoque nas competências.

Ramos (2009, p. 6) destaca, ainda, a necessidade de erguer um projeto "[...] de ensino médio que supere a dualidade entre formação específica e formação geral e que desloque o foco de seus objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana". No sentido de garantir, portanto, que todos, independentemente de classes sociais, poder ou nível socioeconômico, com muito ou pouco capital cultural, tenham acesso a um ensino de qualidade, que os prepare tanto para o trabalho manual quanto intelectual, formando sujeitos críticos, politizados e conscientes de seus direitos e de sua condição de classe.

Dessa forma, condicionam-se as políticas públicas educacionais a se tornarem fortalecedoras das desigualdades sociais, uma vez que os documentos centrais conversam muito entre si (em seus discursos), estabelecendo a educação enquanto instrumento de equidade social e ascensão das classes mais baixas. Contudo, para os organismos multilaterais, é também uma oportunidade para expandir o mercado e qualificar mão de obra para os mais diversos setores.

Considerações Finais

Este artigo buscou apresentar os resultados das análises realizadas a partir dos documentos-base desta pesquisa, enfatizando como categoria central as competências neoliberais e a formação do capital humano em contraposição à formação integral no Ensino Médio, abordada sobretudo no último tópico do texto.

Apresentaram-se as análises da pesquisa por meio de um comparativo, especialmente entre termos e conceitos comuns a ambos os documentos, relacionando-os aos autores que fundamentaram este estudo. Considera-se que, embora os discursos mobilizem conceitos oriundos do campo progressista da educação, sua utilização prática – e mesmo teórica – distancia-se de uma educação efetivamente equitativa, corroborando o fortalecimento do neoliberalismo e promovendo, assim, o aumento das desigualdades sociais e educacionais no país.

As análises empreendidas neste artigo permitiram evidenciar que a influência da OCDE no Ensino Médio da Amazônia Paraense não é um fenômeno isolado, mas parte de uma estratégia global de internacionalização das políticas educacionais neoliberais. Ao longo deste trabalho, ficou evidente que a convergência discursiva entre o relatório da OCDE (2021) e o Documento Curricular do Estado do Pará (DCEPA) não ocorre por acaso; ela reflete a subordinação da educação pública nacional às métricas de desempenho e à eficiência gerencialista. A retórica da "formação integral" e da "equidade", embora onipresente nos documentos, atua como uma maquiagem ideológica que oculta a verdadeira finalidade da reforma: a adaptação do currículo às necessidades imediatas do mercado de trabalho e a formação de um capital humano funcional e resiliente.

A influência dos organismos multilaterais no Pará, principalmente a OCDE, promove uma "modernização conservadora", pois moderniza-se a gestão através de tecnologias de controle e avaliação, mas conservam-se as estruturas de exclusão que historicamente privam a juventude da classe trabalhadora do acesso ao conhecimento universal. A resistência observada por parte dos movimentos sociais e educadores diante de leis que ameaçam as especificidades territoriais e culturais da Amazônia reforça que o projeto neoliberal não é absoluto. Urge, portanto, que o debate educacional retome a perspectiva da escola unitária e da formação omnilateral, contrapondo-se à lógica mercantilista que reduz a educação a um insumo econômico e o estudante a um mero recurso para o capital.

Referências

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas educacionais**: transformações e desafios. Petrópolis: Vozes, 2011.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Ensino médio brasileiro: dualidade, diferenciação e desigualdade social. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 26, n. 4, p. 107-122, out./dez. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 2017.

DAROS JR., Armando. A presença da OCDE no Brasil no contexto da avaliação educacional. **Jornal de Políticas Educacionais**, n. 13, p. 13-20, jan.-jun. 2013.

DE SOUZA, Aline Gomes.; ALVES, João Paulo da Conceição. Políticas Públicas Educacionais No Brasil: A Influência Da Ocde No Ensino Médio Brasileiro. **Revista Políticas Públicas e Cidades**, 2025.

FILHO, Ronaldo Manzi; CALDEIRA, Lucas Monteiro. Neoliberalismo, organismos multilaterais e educação. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 55-72, 2025.

FREITAS, Luiz Carlos. Os empresários e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 48-59, jun. 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, abr./jun. 2017.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. A política da OCDE para a educação e a formação docente. A nova regulação?. **Educação**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 75-85, jan./abr. 2011.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, abr./jun. 2017.

NOVAES, Carla Benfica Garcez; XIMENES, Salomão Barros. A atuação da OCDE na educação e a manutenção da hegemonia neoliberal: a reforma do ensino médio brasileiro. Îandé: Ciências e Humanidades, São Bernardo do Campo, v. 8, n. 1, p. 23-43, 2024.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **A educação no Brasil:** uma perspectiva internacional. Tradução: Todos Pela Educação, 2021. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/06/A-Educacao-no-Brasil_uma-perspectiva-internacional.pdf. Acesso em: 15 fev. 2026.

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Documento Curricular do Estado do Pará (DCEPA)**: Etapa Ensino Médio. Volume II. Belém: SEDUC, 2021.

RAMOS, Marise. Educação pelo trabalho: possibilidades, limites e perspectivas da formação profissional. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, supl. 2, p. 55-59, jun. 2009.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodologógicos para análise de documentos. **Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC**, Florianópolis, v. 23, p. 427-446, 2005.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados, v. 4, n. 11, p. 21–38, maio/ago. 2014. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/educacao/article/view/4359/pdf_232. Acesso em: 15 fev. 2026.

SILVA, Maria Abádia da; SILVA, Maicon Donizete Andrade; FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. Governar por números: política da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico para a educação básica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, 2022.

SILVA, Maurício Oliveira da; AYRES, Carla Carol Pinto; SOARES, Alfredo Taveira; PINTO, Klyssia de Fátima Vasconcelos. Refletindo sobre os desafios na construção de itinerários formativos do Ensino Médio no contexto amazônico, à luz da Lei nº 14.945/2024. **Lumen et Virtus**, São José dos Pinhais, v. XVI, n. LI, p. 1–14, 2025.

STÊNICO, Joselaine Andreia de Godoy. **A participação do setor empresarial na política educacional brasileira e a discussão da qualidade na educação**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2019.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação Já 2022**: contribuições para a construção de uma agenda sistêmica na Educação Básica brasileira. Abr. 2022. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/04/educacaoja2022-abril02-todospelaeducacao.pdf. Acesso em: 15 fev. 2026.

Licença: Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao Jornal de Políticas Educacionais. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/a/s autor/a/es/as e pelo periódico.